

Jaraguá do Sul: imagens criadas e realidades vividas ou a frieza das estatísticas versus as cores da realidade.

Ancelmo Schörner

1. Introdução.

Este trabalho integra o processo de avaliação da disciplina “Migrações e construções sócio-culturais”, do Programa de Pós-graduação em História da UFSC, ministrada pelos Professores Doutores Eunice Sueli Nodari e João Klug no primeiro semestre de 2002.

Baseado em autores discutidos em sala durante o semestre (Kathleen Conzen et al, Célia Toledo Lucena, José de Souza Martins, Philippe Poutignat, Carl Schorske) ele procura discutir brevemente questões referentes à constituição de um discurso oficial em torno da idéia de qualidade de vida de Jaraguá do Sul, confrontadas com a presença marcante de um grande número de pessoas que não são contempladas pelo crescimento econômico verificado na cidade desde os anos 70, e os conflitos resultantes do processo migratório envolvendo “nós” e “os outros”.

Entre essas populações estão os migrantes (bem como um grande número de pessoas nascidas em Jaraguá do Sul), que vêm para a cidade em busca de melhores condições de vida, do progresso que estava se desenhando na década de 70 com o crescimento das indústrias locais.

Analisando rapidamente algumas questões (desenvolvimento econômico, migração e seus conflitos e qualidade de vida), ele tem como pano de fundo a cidade e as possibilidades de transformação do espaço urbano, haja vista as enormes desigualdades econômicas e sociais existentes hoje na região.

São as contradições que existem na cidade que fazem com que ela seja algo em processo, são essas contradições que possibilitam aos cidadãos interferir nesse processo, rompendo com interesses particularistas e elitistas, efetivando uma cidade para todos.

Falar em uma “cidade para todos” é falar do acesso aos produtos e serviços que nela são produzidos socialmente, é efetivar o direito à saúde, à educação, à habitação, ao trabalho, a todas as formas de lazer, à cultura, enfim, é o direito à cidade, ao viver urbano com boa

qualidade, coisas que, em que pesem os discursos em torno de sua excelente qualidade de vida, estão longe da maioria dos habitantes de Jaraguá do Sul.

Por exemplo. É comum observarmos que onde se agregam as classes sociais mais abastadas existem equipamentos e serviços públicos, enquanto que nos locais onde se concentram os mais pobres, há ausência deles. Este aspecto deve ser visto com certa reserva no que se refere à realidade de Jaraguá do Sul, haja vista que dados recentes revelam que a qualidade de vida da população é realmente superior à grande maioria dos municípios brasileiros. No entanto, estes dados baseiam-se muito em informações quantitativas e não conseguem apreender as diferenças intra-urbanas existentes.

Por isso, é importante que se faça a denúncia da idéia da harmonia cidadina local pretendida pela classe dominante, que precisa divulgar a idéia da cidade como algo dinâmico, progressista, harmônico, homogêneo, como se fosse uma “grandessíssima família”, irmanada por ideais comuns desde os tempos de sua fundação (sic) pelos imigrantes alemães.

2. Algumas palavras sobre o desenvolvimento econômico de Jaraguá do Sul.

Localizado no Vale do Itapocu, na Região Nordeste de Santa Catarina, em uma altitude de 30 metros, o Município de Jaraguá do Sul conta com uma área de 540 quilômetros quadrados, tendo a Mata Atlântica como vegetação predominante, relevo acidentado e clima temperado. Colonizada principalmente por imigrantes alemães, italianos, húngaros e negros, a cidade manteve uma característica rural até o início da década de 1960, quando começa a se consolidar seu processo de industrialização, que mais tarde o transformaria no terceiro pólo industrial do Estado.

Em função da limitação do trabalho (20 páginas), não nos preocuparemos com a sua gênese, que foi resultado do processo de colonização e imigração que o Brasil viveu a partir da segunda metade do século XIX, e nem com a evolução econômica das áreas de colonização do Jaraguá – posteriormente Jaraguá do Sul¹ –, com exceção do período que tem início na década de 60, marcado pela consolidação de várias indústrias e o surgimento de outras, quando o processo migratório se intensifica, as questões ambientais começam a ganhar visibilidade e os problemas sociais se avolumam.

¹ Sobre isso, ver SCHÖRNER, 2000.

A partir da década de 50, o seu desenvolvimento industrial está ligado ao processo de crescimento que o país, como um todo, está passando. Assim, quando as indústrias de Jaraguá do Sul começam a mudar sua atuação no mercado nacional (e em determinadas áreas de consumo, mercados externos), também estão acompanhando o modelo exportador brasileiro e agindo em conformidade com as políticas oficiais.

A década de 60 marca o início da industrialização “dinâmica” na região de Jaraguá do Sul, contribuindo para isso uma série de fatores, entre os quais a instalação, em 1959, do Banco do Brasil, que possuía recursos da “Aliança para o Progresso”, uma espécie de mini-plano Marshall para a América Latina, e a construção de duas rodovias federais, as BRs 116 e 101² que, cortando o Estado, o integra de forma concreta ao resto do país.

No início dos anos 60 Jaraguá do Sul possuía indústrias de derivados de leite e de suínos, serrarias, fábrica de tecidos e malha, bebidas, chapéus, metalúrgicas, química, alimentos, torrefação de café, balas, doces e curtumes. Essas indústrias somavam 126 estabelecimentos, que ocupavam 1.261 trabalhadores³. Em 1982 elas eram 370 e ocupavam cerca de 15.500 trabalhadores em uma população de aproximadamente 50 mil habitantes. O destaque eram as indústrias de alimentação, do vestuário, fiação e tecelagem, metal-mecânica e do material elétrico, da construção civil e do mobiliário⁴. No início dos anos 90, o número de indústrias chegava a 576 com o emprego de 27.757 trabalhadores, com destaque aos setores do vestuário, metal-mecânico, alimentício, construção e mobiliário⁵.

3. Migração e condições de vida em Jaraguá do Sul.

As transformações observadas no conjunto das indústrias existentes na cidade acabaram determinando uma inversão nos percentuais verificados entre a população residente no

² A BR 101 está localizada a menos de 30 quilômetros de Jaraguá do Sul.

³ Até o final da década de 50 e meados da década de 60, as fábricas da cidade operavam com poucos operários, utilizando uma mão-de-obra proveniente do campo e praticamente sem formação profissional, sendo que o aprendizado ia ocorrendo na prática. (Caderno Dados Gerais, 1982, pp. 4-5).

⁴ Caderno Dados Gerais, 1982, pp. 5-7.

⁵ Censo ACIJS (Associação Comercial e Industrial de Jaraguá do Sul) 1991.

campo e na cidade a partir da década de 1970. Ao mesmo tempo, foram responsáveis pelo aumento da população total do Município, principalmente por causa da migração⁶.

Com a migração⁷, a sua população teve um incremento de 62% comparando-se o censo de 1970 com o de 1980; de 59% entre 1980 e 1991; e 154% entre os censos de 1970 e 1991. Hoje, sua população é de cerca de 107 mil habitantes.

As migrações não podem ser vistas apenas como resultado da atração que a cidade exerce sobre o campo, com suas inúmeras “oportunidades econômicas”, entre elas o emprego (supostamente fácil), e nem apenas a partir do processo de industrialização: elas são a soma desses dois fatores conjugados com os problemas pelos quais passa o campo, historicamente, no Brasil, e que nas últimas três décadas se agravaram sobremaneira.

A partir de 1950, o Brasil conheceu um processo de urbanização intenso, contribuindo para agravar ainda mais a situação social e econômica das cidades. Este processo transformou-o num país predominantemente urbano. Entre 1950 e 1980 as proporções da população urbana e rural se inverteram: em 1950 eram, respectivamente, 36,2% e 63,8%, e em 1980 67,6% e 32,4%⁸.

Jaraguá do Sul não fugiu a essa regra. Porém, com uma diferença, posto que ao mesmo tempo em que os postos de emprego proliferavam, mais agricultores diminuíaam as suas atividades agrícolas, levando também ao êxodo agrícola⁹, e iam em busca de trabalho nas fábricas.

O Paraná, por exemplo, e outras regiões do Estado de Santa Catarina – onde a produtividade agrícola vem baixando e as oportunidades de emprego fabril praticamente inexistem – se transformam em área de “expulsão” de mão-de-obra, uma vez que o nível de vida é

⁶ “Em termos gerais, a macrolocalização e as migrações internas da população brasileira, em grande parte, acompanham a trajetória locacional e o dinamismo das atividades econômicas e a localização dos centros de poder”. (MOREIRA, 1995, p. 138).

⁷ Para Jaraguá do Sul vieram pessoas de várias regiões de Santa Catarina, com destaque para o Oeste, o Planalto, o Vale do Itajaí, a região da AMVALI (Associação dos Municípios do Vale do Itapocu, que engloba os municípios de Jaraguá do Sul, Guarimirim, Corupá, Massaranduba, Schroeder, São João do Itaperiú e Barra Velha), do Rio Grande do Sul e do Paraná, o fluxo mais significativo. Não faremos uma análise do processo migratório paranaense e suas causas por falta de espaço. Porém, informações sobre ele podem ser encontradas Em SCHÖRNER, 2000 e nos estudos do IPARDES.

⁸ IBGE, 1991.

⁹ Por êxodo agrícola entendemos o processo em que ocorre uma **redução** da população que desenvolve atividades agropecuárias em função das transformações tecnológicas que o campo na região vem passando, bem como aos problemas relacionados à transmissão da propriedade da terra. Essa situação, contudo, permite que essa população continue vivendo da agricultura e trabalhando na fábrica em uma outra jornada de trabalho. (SCHÖRNER, 2000, p. 79).

baixo, os horizontes culturais se mantêm cerrados e as oportunidades econômicas são irrisórias¹⁰.

Os fatores de expulsão que levam à migração são de duas ordens. De um lado, temos os fatores de mudança, que decorrem da introdução de relações capitalistas de produção em determinadas áreas, as quais acarretam a expropriação dos camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários, objetivando o aumento da produtividade do trabalho e a conseqüente redução do nível de emprego. Em segundo lugar, temos os fatores de estagnação, que se manifestam sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis, que pode ser limitada tanto pela insuficiência física de terra aproveitável, como pela monopolização de grande parte da mesma pelos grandes proprietários.

Para LUCENA (1999, p. 17), sair do campo e ir para a cidade é o sonho de muitos trabalhadores rurais de diferentes regiões do Brasil que, através da migração, procuram melhores condições de vida e ascensão social. Assim, a cidade passa a ser o local ideal para “tentar a vida” na imaginação popular, deixando para trás o campo, considerado como lugar de atraso, ignorância e limitação. A mudança do trabalhador rural para a cidade grande significava a possibilidade de realizar as aspirações de conseguir melhores condições de trabalho, o acesso aos bens de consumo, ao maior conforto, à educação e à assistência médica. Todas essas condições de vida são encontradas na “grande cidade” e não na “roça”, lugar onde viviam¹¹.

Para muitos deles, persiste o mito de Jaraguá do Sul como cidade do trabalho, assim como Joinville, Blumenau ou Brusque, todos lugares de oportunidades, lugares onde suas vidas irão melhorar. É esse mito, referendado pela propaganda nos locais de origem, que oferece para essas pessoas estímulos para a migração, para deixar o rural tradicional em busca do urbano moderno.

Diante disso, a imagem da cidade de Jaraguá do Sul construída para consumo externo acaba contribuindo para que mais pessoas venham para a cidade em busca desse progresso e dessas oportunidades que, em tese, ela oferece. Além disso, há a idéia que o trabalho

¹⁰ De acordo com o Censo ACIJS, 1991, 45,61% dos trabalhadores empregados nas indústrias da cidade eram de Jaraguá do Sul, 31,65 do Norte do Estado de Santa Catarina, 7,88% do Paraná e 14,86 de outras cidade de Santa Catarina e outros Estados.

¹¹ LUCENA, 1999, p. 39.

urbano é mais fácil que o rural, o trabalho na fábrica ou no comércio é mais leve do que na lavoura¹² e que na cidade encontrarão proteção legal, acesso à saúde pública e possibilidades de educação para os filhos, condições que, na perspectiva do migrante, não existiam no mundo rural¹³.

As representações sobre Jaraguá do Sul, Joinville ou Blumenau, foram construídas através de notícias que circulavam de boca em boca, noticiários transmitidos pelo rádio e através de jornais e revistas na época, além de informações obtidas nas cartas de parentes que já tinham vindo para a região, consolidando a imagem dessas cidades como espaços de oportunidades.

Porém, entre os migrantes e essas oportunidades econômicas¹⁴ existem uma série de obstáculos. Um deles está relacionado com a qualificação profissional, uma vez que o migrante, geralmente, é proveniente de áreas agrícolas e não tem experiência fabril. Existem ainda problemas de moradia, escolaridade insuficiente, competição no mercado, a discriminação e o preconceito.

As mudanças são significativas para a maioria dos migrantes, que passam a conviver com o trabalho na fábrica, horários e culturas diferentes; os “atalhos” mudam e para ir “à cidade” se vai de ônibus ou de carro, o que para muitos é difícil no começo, pois ainda não dominam o novo espaço, as ruas, as instituições, as fábricas onde “conseguirão” emprego. Porém, são essas mudanças que o força a aprender coisas novas, incorporar outros valores e culturas.

De acordo com LUCENA (1999, p. 72), o desejo de buscar a cidade ideal para viver faz com que homens e mulheres deixem de lado reivindicações sobre condições habitacionais e priorizem o custo da moradia e as possibilidades de trabalho, revelando aspirações

¹² “Na produção direta dos meios de vida, as relações sociais e as concepções do trabalhador estão dominadas pelo tempo cíclico e ritmado da natureza. No assalariamento, o trabalhador migrante está dominado pelo tempo linear do capital, contínuo, freqüentemente sem distinção entre o dia e a noite, o sol e a chuva, o trabalho e o descanso”. (MARTINS, 1986, p. 59).

¹³ “Entre os migrantes prevaleciam as imagens do campo como lugar de atraso e da cidade como lugar moderno. A cidade é sinônimo de trabalho leve, de civilização, de conforto, de facilidades e a roça significava trabalho pesado, obrigando a grandes caminhadas sob o sol ou chuva, carregar peso e fazer força. (...) A mudança para o urbano tinha, portanto, um significado de progresso para os migrantes”. (LUCENA, 1999, p. 41).

¹⁴ Se tomarmos alguns casos como exemplo, podemos dizer a vida melhorou em relação ao local de origem. Muitos tiveram, efetivamente, acesso a melhores empregos, escolas, cursos técnicos, universidades; compraram carros, motos e terrenos, coisas que não teriam acesso caso continuassem no local de origem. Contudo, é preciso

de ascensão social. Nesse sentido, os migrantes, ao se instalarem em habitações e lotes menores do que aqueles que possuíam nos locais de origem, demonstram que a cidade é mais importante do que a moradia. Os migrantes reivindicam mais a cidade, espaço para viver, do que o direito à moradia, sujeitando-se às condições habitacionais de uma cidade em fase de expansão.

As ocupações dos lotes vão se dando de forma desordenada, sendo muitos deles em loteamentos clandestinos ou irregulares; as casas vão sendo construídas e dando “forma” ao bairro, num espaço desprovido de serviços públicos. Após isso, é que chegam a linha de ônibus a energia elétrica, o saneamento, o telefone, a farmácia, as escolas, o asfalto (quando chega).

Na mudança, o migrante atua na base da probabilidade, da possibilidade. “Acertar”, arrumar “boa colocação” é parte das expectativas dos migrantes; é o que desejam quando pensam em sair, em migrar. Assim, encontrar um bom emprego na cidade é uma das principais metas do migrante, haja vista que isso poderá resolver sua situação anterior, ou seja, seus problemas de subemprego, desemprego, baixos salários, preços baixos para a produção.

Uma vez seduzido pelas mensagens do urbano, a rotina do migrante passa a ser modificada. As mudanças transparecem em atitudes, gestos, roupas, assuntos, gostos, paladar e papéis sociais. Nesse processo, ele aprende a manipular novos padrões de tecnologia, enriquece sua experiência de vida, tanto pessoal quanto social; passa a viver uma nova forma de sociabilidade que significa uma descontinuidade com o estilo das relações e experiências anteriores¹⁵.

4. A diferença entre a frieza das estatísticas e as cores vivas da realidade.

Como em qualquer cidade capitalista que está projetada para atender os interesses do capital, Jaraguá do Sul conta com uma organização espacial voltada inteiramente para os setores da indústria, do comércio e serviços, articulando-os para facilitar a estrutura urbana da

que se frise que isso não representa, na mesma medida, uma substancial mudança de vida, pois a comparação é em relação ao que tinham no local de origem.

¹⁵ Ele deve apre(e)nder novas coisas. Por exemplo. Ter sido agricultor no local de origem não quer dizer que seja bom jardineiro na cidade, pois isso implica a aquisição de novas técnicas de jardinagem, a incorporação de novos valores ligados à estética, o conhecimento de um conjunto de técnicas para o cultivo de determinadas plantas de jardim.

cidade. Conseqüentemente, lazer, cultura e transporte estão distantes e pouco acessíveis aos bairros periféricos, consolidando um processo de segregação social e espacial¹⁶ de grande parte da população, desencadeando bolsões de pobreza nas periferias da cidade e contribuindo para a proliferação de loteamentos irregulares¹⁷.

A uma outra camada da população, mais empobrecida e excluída do acesso às condições mínimas de habitação, resta o respaldo do poder público, que desenvolve ações paliativas, tais como construção de casas populares ou remoção de algumas famílias que moram em áreas de risco.

Podemos dizer que o Município de Jaraguá do Sul apresenta duas partes bem distintas, duas cidades, por assim dizer. Uma delas é a cidade legal, a cidade assistida pelos órgãos públicos, da infra-estrutura (calçamento, educação, saúde, água, esgoto e ônibus). A outra é a cidade “ilegal”, construída em loteamentos clandestinos¹⁸ e habitada por migrantes, por jaraguenses pobres, por pessoas que sonham em serem incorporados ao progresso da cidade, de terem chances de crescerem e de viverem dignamente. Ou seja, são trabalhadores que participam do processo de acumulação sem que possam beneficiar-se dos seus frutos.

Para os que detêm o capital, o Município deve se desenvolver a qualquer preço¹⁹, desde que se preserve áreas para a elite (o centro, os loteamentos fechados, por exemplo) e que a poluição causada pela pobreza, fique escondida atrás do que restou da vegetação dos morros, na periferia, longe do centro e dos olhares dos visitantes, dos turistas, de modo que a imagem criada da cidade para consumo externo (cidade alemã, harmônica, progressista) não seja abalada. Ou seja, as belezas naturais da cidade, com seus vales e morros, ajuda a encobrir

¹⁶ O morro, a periferia e seus habitantes recebem de todos os outros moradores da cidade um estigma extremamente forte (se o lugar é marginal, conseqüentemente, aqueles que ali vivem são contaminados por tal imagem), forjador de uma imagem que condensa os males de um pobreza que, por ser excessiva, é tida como viciosa e, no mais das vezes, também considerada perigosa. (ROLNIK, 1997, p. 85).

¹⁷ Para SIEBERT (2000a, p. 291), “distinguem-se, por sua presença no espaço urbano, entre tantas nuances de ilegalidade (...) **os loteamentos clandestinos** (nos quais o proprietário vende os lotes sem conhecimento da Prefeitura, sem projeto e sem infra-estrutura) e **os loteamentos irregulares** (nos quais o proprietário vende os lotes sem aprovação final da Prefeitura, sem infra-estrutura completa, mas com um projeto encaminhado para aprovação”.

¹⁸ Em 1995, de acordo com dados da Secretaria de Planejamento de Jaraguá do Sul, cerca de 10% da população vivia em loteamentos irregulares, que chegaram a um total de 140 em 1999. As irregularidades dizem respeito à documentação, desmembramentos, certidões de compra e venda, falta de rede elétrica, drenagem, água e abertura de vias. (Jornal do Vale, 16 a 22 de novembro de 1995, p. 3 e 1º. a 7 de fevereiro de 1996, p. 13).

¹⁹ “O problema básico, no entanto, é determinar que tipo de desenvolvimento uma dada sociedade deseja e como permitir que todos os grupos sociais estejam representados. (...) Uma indagação a ser feita é se a economia de mercado e a competição entre empresas e países não tem sido em grande parte as causas da degradação humana e ambiental que são observadas nas áreas onde este tipo de economia prosperou”. (BARBIERE, 2001, p. 36).

a face clandestina da cidade, permitindo que o turista continue a levar consigo a ilusão do *pedacinho da Europa no Brasil*.

Jaraguá do Sul é, há muitos anos, o terceiro pólo econômico de Santa Catarina. Porém, permanecer no nível das constatações que traduzem, em última análise, o grau de desempenho econômico, mas não necessariamente qualidade de vida de toda população, significa revelar apenas um lado da questão e deixar de relacionar dois processos que frequentemente aparecem interligados: crescimento econômico e pauperização de parte significativa da população.

Como o Município não está preparado para receber tantas pessoas em tão pouco tempo, surgem problemas de moradia, emprego e educação, fazendo com que a avaliação positiva que se tinha deles anteriormente passe a ser negativa, responsabilizando-os por vários problemas, tais como o aumento da marginalidade, a ocupação dos morros e áreas de risco, o desemprego e a diminuição dos salários. Em outras palavras, um processo de segregação (tanto geográfica quanto social e econômica) começa a se definir e consolidar na região.

Entre os vários problemas, essas populações de “outros” convivem com a falta de esgoto, água encanada, infra-estrutura básica, acesso a ônibus e violência urbana. Esses “outros” se encontram entre os mais pobres da cidade e, junto com a falta de infra-estrutura básica, como vimos acima, contrastam fortemente com o discurso veiculado pelas administrações municipais ao longo dos últimos anos de que Jaraguá do Sul possui um dos melhores índices de qualidade de vida de Santa Catarina e do Brasil. Uma rápida visita a esses morros e loteamentos é suficiente para percebermos exatamente o contrário e observarmos que os altos IDH²⁰ verificados nos últimos tempos não traduzem a realidade, que o crescimento que se verificou não se transformou em melhorias da qualidade de vida para a maioria da população.

Em outras palavras, não concordamos com eles e a pesquisa que pretendemos fazer nessas localidades²¹ objetiva mostrar que a tão propalada qualidade de vida no Município está

²⁰ Índice de Desenvolvimento Humano, que é medido pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento e Meio Ambiente de Santa Catarina baseados em dados do IBGE e levam em consideração três “medidas que traduzem a distribuição dos benefícios do esforço coletivo, a saber: (1) indicador de longevidade expresso pela esperança de vida ao nascer; (2) indicador do nível educacional nos três níveis; e (3) indicador do padrão de vida representado pelo PIB *per capita* ajustado ao custo de vida do país ou região. (BARBIERE, 2001, p. 29). De acordo com esses índices, o Brasil aparecia em 79º. em 1997 (índice 0,793), Santa Catarina em 4º. entre os Estados brasileiros com índice de 0,863. Jaraguá do Sul apareceu em primeiro ano passado (índice 1) e 5º. esse ano (índice 0,962). O máximo que se atribui é 1.

²¹ Esse é o tema do projeto com o qual pretendemos ingressar no doutorado do Programa de Pós-graduação em História da UFSC no semestre 01/2003.

longe de ser verdadeira em regiões onde falta água, energia elétrica, coleta regular de lixo, onde o esgoto corre a céu aberto, as casas não têm o mínimo de condições de moradia, os morros já não têm mais vegetação, muitas ruas estão sendo tomadas pelo mato e pelos buracos, há falta de calçamento, proliferação de ratos e, conseqüentemente, casos de leptospirose, e irregularidade nas linhas de ônibus.

Para KOWARICK (1993, p. 35), a periferia pode ser caracterizada como os aglomerados distantes dos centros, clandestinos ou não, carentes de infra-estrutura, onde passa a residir crescente quantidade de mão-de-obra necessária para fazer girar a maquinaria econômica. Por seu turno, GROSTEIN (1987, citada por SIEBERT, 2000b, p. 287), sustenta que a própria expressão ‘clandestinidade’ deve ser questionada, uma vez que funciona como uma justificativa moral para que o Poder Público continue a negligenciar estas áreas de exclusão espacial, social, econômica e política, pretendendo ignorar sua existência.

O termo periferia assume, então, além de seu conceito geográfico de *o que está à margem*, o conceito social de *exclusão*²². Ou seja, morar na periferia é se condenar duas vezes à pobreza. À pobreza gerada pelo modelo econômico, segmentador do mercado de trabalho e das classes sociais, superpõe-se a pobreza gerada pelo modelo territorial. Onde os bens sociais existem apenas na forma mercantil, reduz-se o número dos que potencialmente lhes tem acesso, os quais se tornam ainda mais pobres por terem que pagar o que, em condições democráticas normais, teria de lhe ser entregue gratuitamente pelo poder público.

5. Distância e proximidade social entre “nós” e os “outros”.

Parafraseando SCHORSKE (2000, p. 247), que diz que o “outro” (os citas) é engolido pela visão que os gregos têm dele, da mesma forma que a visão grega é engolida na construção mental e literária de Heródoto, podemos dizer que “os de fora”, os migrantes, são “engolidos” pela visão que “os daqui” têm deles, possibilitando um intrincado jogo de encontros, onde a imagem do “outro”, daquele que vem de fora, é construída sob a idéia da marginalidade, da periferia, da miséria e da segregação.

²² SIEBERT (2000b, p. 288), citando GROSTEIN, Marta Dora. A cidade clandestina: os ritos e mitos. O papel da ‘irregularidade’ na estruturação do espaço urbano no Município de São Paulo (1900-1987). São Paulo, 1987. Tese (Doutorado) – FAU-USP.

CONZEN et al (1992, pp. 2-3), falando sobre o conceito de invenção de etnicidade, afirma que ele nos ajuda a entender como a imigração transformou a grande sociedade americana, gerando uma nova ordem social. A etnicidade, uma vez tendo sido estabelecida como uma categoria do pensamento social, fez com que cada contingente de recém-chegados tivesse que negociar seu próprio lugar dentro daquela ordem social, numa renegociação contínua de identidades.

Remetendo isso para o nosso caso, podemos dizer que a vinda de grupos de migrantes para Jaraguá do Sul traz transformações políticas, onde “os de fora”, no seu processo de renegociação de identidades, se engajam em partidos políticos, sindicatos e associações, ampliando o leque de suas reivindicações ao poder público, fazendo com que comece a nascer outra cidade dentro de espaços pretensamente definidos.

Para GOMES (2002, p. 63), como o grupo se define pelo mecanismo de exclusão, tendo em vista uma característica demarcadora qualquer, ele sempre se vê ameaçado pelos elementos oriundos de fora dele, e essas fronteiras, ainda que fluidas, são territórios de conflito, reivindicação e reprodução da ideologia central da diferenciação.

Ainda, em relação “aos de fora”, é comum terem ridicularizadas suas falas, suas moradias, os bairros (loteamento) onde moram, “os pés vermelhos”, seu jeito de andar e imputar-lhes crimes e desavenças. Nisso tem papel importante o discurso oficial, que (re)transmite continuamente esses preconceitos para toda a sociedade, objetivando deslocar o foco das lutas políticas, econômicas, sociais e culturais para os próprios moradores.

Ao lado das lutas de base sócio-econômica, as cidades se constituem também no palco de manifestações e conflitos de ordem cultural. Devido à dinâmica e complexidade da vida urbana, vários tipos de tradições e formas de expressão cultura se desenvolvem nas grandes cidades. Ao mesmo tempo, a confluência de vários grupos de migrantes e imigrantes leva a que o espaço urbano seja marcado pelo contato entre diferentes formas de particularidade e identidade étnica. Se por um lado esta diversidade cultural representa uma das grandes riquezas da vida urbana, historicamente a convivência entre diferentes grupos étnicos tem sido marcada, muitas vezes, por conflitos e preconceitos que acabam gerando limites à consciência coletiva, por outro é esse mesmo processo que leva à concorrência entre os trabalhadores, visto que a chegada de um grande número de trabalhadores de outras regiões aumenta a disposição de braços para o trabalho e contribui para a empresa baixar os salários. Ou seja, mais

gente, mais braços, mais pressão sobre os que estão trabalhando, o que contribui para diminuir as pressões e tensões no chão-de-fábrica recorrendo aos que estão chegando, voluntariamente ou não (do Paraná e de outras cidades pequenas de Santa Catarina). É nesse momento que afloram os conflitos entre “os daqui” e os “os de fora”.

Tomando a análise feita por CONZEN et al (1992, p. 2) para o caso americano, onde chamam a atenção para a diferença entre assimilação (conceito passivo, inconsciente e individualista) e etnicidade (participação ativa), podemos dizer que os migrantes não caminharam numa linha reta em direção a se tornarem jaraguenses, mas que há uma mudança de ambos os lados, isto é, os jaraguenses acabam se tornando um pouco o que são os migrantes e vice-versa.

Em seu estudo sobre as migrações temporárias no Brasil, MARTINS (1986, pp. 49-50) nos diz que o migrante (temporário ou definitivo) é aquele que se considera fora de seu lugar, fora de “suas” relações sociais. Assim, ele está em constantemente entre dois momentos extremos e excludentes: a *dessocialização*, nas relações sociais de origem, e a *ressocialização*, nas relações sociais de “adoção”.

Diante disso, podemos também dizer que os migrantes que chegam em Jaraguá do Sul contribuem para que a cidade passe por (re)negociações contínuas de identidades. Etnicidade é o conceito chave na análise nesse processo de adaptação do imigrante, o que leva à geração de uma ordem social pluralística, onde migrantes e sociedade anfitriã se mudam mutuamente, através de um diálogo entre as culturas majoritárias e minoritárias²³. Assim, “invenção da etnicidade” é um processo de construção ou invenção que incorpora, adapta e amplia as solidariedades comunais, atributos culturais e memórias históricas²⁴.

POUTIGNAT (1998, p. 141), nos diz que a etnicidade é uma forma de organização social baseada na atribuição categorial que classifica as pessoas em função de sua origem suposta, que se acha validada na interação social pela ativação de signos culturais socialmente diferenciadores. Ou seja, ela, que se constrói na relação, é o campo do estudo dos processos variáveis e nunca terminados pelos quais os atores *identificam-se e são identificados pelos outros* na base da *dicotomização Nós/Eles*, estabelecidos a partir de traços culturais que se supõe derivados de uma origem comum e realçados nas interações raciais. Contudo, podemos

²³ CONZEN et al, 1992, p. 6.

²⁴ CONZEN et al, 1992, p. 2.

dizer, não sem que as minorias são definidas pelo preconceito e discriminação exercidos pelo grupo dominante.

A dicotomia existente entre os “daqui” e “os de fora”, manifesta-se em um radical antagonismo, onde a divisão entre esses dois “mundos” é tão intensa que chega a tomar contornos de fronteiras físicas. Os territórios simbólicos de conduta moral expressam-se em espaços físicos, cujo exemplo mais significativo são os “loteamentos de paranaenses”, entre os quais figuram, por exemplo, os loteamentos Ana Paula I, II, III e IV, o Santo Antônio, o Morro da Pedra e a Vila Machado.

Os “outros”, “os de fora” podem (aliás, devem) ir para longe do centro, para os morros, para a periferia; devem ir para lugares sem equipamentos públicos de água, esgoto, segurança, energia, transporte e coleta de lixo. Já que estão “invadindo” espaços que não são deles, podem ser expurgados para as periferias, para os morros, para as áreas de riscos.

Percebe-se, aqui, que as avaliações positivas que têm da cidade no momento da chegada (década de 70 em diante), pois são mão-de-obra, consumidores, inquilinos, se transformam em negativas, isto é, são eles que vêm roubar o emprego, contribuir para diminuir o salário, trazer a marginalidade, ocupar os morros etc. É importante frisar, contudo, que a distinção é feita sempre em relação a quem está chegando, reproduzindo incessantemente a ideologia contra os migrantes, mesmo que quem faz isso no momento já foi um migrantes a algum tempo atrás.

Para a elite, a história de Jaraguá do Sul desenrola-se com naturalidade, só os migrantes que destoam nesse conjunto pretensamente hegemônico, harmônico, pacífico, onde os conflitos sociais são vistos como excepcionais, como algo que não faz parte das tradições harmônicas da cidade. Assim, por exemplo, greves, passeatas, fechamento de ruas, manifestações por água, esgoto, asfalto e transporte teriam sido realizadas por elementos estranhos, apoiados por ideologias espúrias e alheias ao seu corpo social, por natureza um corpo social sadio, sem conflitos.

Nas situações de dominação, a imposição de um rótulo pelo grupo dominante possui um verdadeiro poder formativo: o fato de nomear tem o poder de fazer existir na realidade uma coletividade de indivíduos a despeito do que os indivíduos assim nomeados pensam de sua pertença a uma determinada coletividade²⁵. Então, a visão que “os daqui” têm do “outro”,

²⁵ POUTIGNAT, 1998, p. 143.

é que estes não gostam de trabalhar, são pouco produtivos, analfabetos, pobres, moram longe, são criminosos, marginais. Ou seja, o “outro” é mais do que um nome, é uma situação, caracterizada quase sempre de conflito. Contudo, o fato de serem coletivamente nomeados acabou por produzir uma solidariedade real entre as pessoas assim designadas, talvez porque, em decorrência desta denominação comum, eles fossem coletivamente o objeto de um tratamento específico, situação que leva à criação de uma identidade geral de migrantes a partir do sentimento de opressão compartilhada e da experiência comum nos loteamentos, na periferia, nos morros²⁶.

Diante disso, é justo que as população dos morros, da periferia, desenvolvam formas de organização que visem pressionar os centros decisórios a fim de obter, para seus bairros, a melhoria dos serviços coletivos, mesmo porque são pessoas que pagam impostos. As reivindicações parecem ser o sentido dos movimentos populares organizados em torno de moradores, que através de associações de várias ordens e matizes procuram obter certas melhorias consideradas indispensáveis, pois não resta nenhuma dúvida de que o fornecimento de benefícios urbanos em Jaraguá do Sul tem ocorrido de maneira extremamente defasada em relação às necessidades mínimas da população, e nada indica que, num horizonte próximo, haverá uma substancial alteração no destino dos investimentos públicos.

Tendo isso em mente, pode-se perguntar se existe qualidade de vida onde o mato toma conta de várias ruas, há falta de calçamento, proliferação de ratos, lixão, valas abertas e esgoto a céu aberto?

6. Jaraguá do Sul: imagens criadas e realidades vividas.

As imagens criadas sobre Jaraguá do Sul que se tornaram dominantes selecionam fragmentos positivos da realidade urbana e que se expressam nas idéias da cidade com “melhor IDH” de Santa Catarina, “cidade alemã”, “cidade de Primeiro Mundo”. Para a afirmação, reafirmação e generalização destas características, o poder político e econômico utilizam-se de diversos mecanismos formadores de opinião, como a mídia e os aparatos de poder locais.

²⁶ Para POUTIGNAT (1998, pp. 150-151), citando o exemplo de Hitler e os judeus, o isolamento imposto não foi só para impor-lhes uma marca de ignomínia, mas porque sem isso os outros não teriam podido reconhecê-los;

A predominância da imagem criada de “cidade que deu certo” acaba por determinar concepções e comportamentos dos moradores, ou seja, o consenso é atingido na medida em que a parcialidade da realidade (que é tomada como verdade absoluta, universal) é incorporada como se fosse a totalidade. Esta adesão às interpretações dominantes sobre a cidade possibilita o desenvolvimento e a renovação do espaço de acordo com as necessidades econômicas.

Em que pesem os discursos oficiais que propalam a excelente qualidade de vida em Jaraguá do Sul, observa-se claramente a existência de uma cidade desigual, fruto de um modelo econômico excludente e concentrador de renda, de terra e de poder e a formação-consolidação de uma Jaraguá do Sul dividida, segregada em territórios legais e ilegais, habitada por cidadãos e não-cidadãos.

Como consequência da cidade ilegal, temos o fato de que os moradores dessas áreas são considerados cidadãos de segunda categoria, estigmatizados pela cidade legal (o morro, a periferia versus o centro), excluídos dos serviços urbanos mínimos, uma vez que a ilegalidade serve de justificativa para a omissão do Estado; moradores de ruas que, por terem sido abertas ilegalmente, não são oficialmente nomeadas pela Prefeitura, ficam destituídos até mesmo de um endereço; a cidade, como um todo, também perde, uma vez que a gestão urbana fica ameaçada, haja vista que muitos não pagam impostos e a infra-estrutura básica em muitos loteamentos, que deveria ter sido feita loteador e não foi, o município tem que fazer, diluindo os custos entre todos os contribuintes.

A segregação²⁷ é um processo histórico que passa pela ocupação dos lotes desde o início da colonização, pela promulgação de leis e que encontra sua forma acabada nos morros, nos bairros isolados, na falta de infra-estrutura, na proliferação de doenças, tais como leptospirose, no aumento da violência urbana.

A pobreza, os casebres, as ruas sem infra-estrutura, os loteamentos sem água, energia, com esgoto a céu aberto, moradores sem ônibus etc., demarcam um território rejeitado pela ordem estabelecida e pretendida pelos donos do capital, os pretensos donos da cidade.

isolar os migrantes em morros, longe do centro, em loteamentos, permite a cidade reconhecer os “outros”, “os de fora”.

²⁷ Permanece, entretanto, um forte sentimento de repulsa a este desvio do direito vigente, de tal forma que a categoria “favelado” é imediatamente associada à categoria “marginal”, mesmo que todos seus moradores não sejam criminosos”. (ROLNIK, 1997, p. 182).

Essa é uma visão que perpassa o imaginário social da cidade e que confronta os “nós” e os “outros”.

A permanência e a reprodução dos loteamentos clandestinos na história da cidade revelam a lógica de valorização do espaço pretendida. Em outras palavras, o que conta é vender os lotes, não se preocupando com o bem-estar dos futuros moradores e nem com os problemas ambientais que resultarão do processo de loteamento, entre eles o desmatamento, a destruição de nascentes de água, a ocupação de morros e encostas. Os loteamentos, além disso, se transformam em palcos para práticas políticas clientelistas de vereadores, prefeitos, deputados ou candidatos à esses cargos, que de tempos em tempos, aparecem nos locais e prometem resolver todos os problemas com rapidez e da melhor maneira possível ficando os moradores, com isso, reféns desses políticos ou de órgãos públicos municipais.

Por outro lado, há o problema da contraposição ao espaço dos “outros”, isto é, os residenciais de alto padrão, ao mesmo tempo que aqueles que não têm condições de construir nos espaços legais (os migrantes, os pobres) ficam excluídos da cidade e dos serviços públicos necessários. Cabe frisar que a Prefeitura contribui para que isso aconteça, uma vez que acaba realizando nos loteamentos de alto padrão os serviços que não são feitos nos loteamentos clandestinos. Isto é, o poder público investe o dinheiro de todos os contribuintes em espaços localizados e para pessoas que têm condições de pagar pelos serviços²⁸.

Com o condomínio fechado materializa-se, pura e simplesmente, as muralhas presentes na lei e no imaginário urbano, transformando-as em muros concretos e circuitos eletrônicos de controle e segurança, que eliminam a presença de qualquer “estranho” no bairro. Isso significa levar ao limite o modelo segregacionista presente na história da ocupação do espaço em Jaraguá do Sul.

As representações das elites sobre os espaços ocupados na cidade expressam bem a idéia que têm de todos aqueles que não têm condições de pagar pelo bem morar, sendo que a expressão loteamento só pode ser aplicada para os espaços periféricos, para os lugares onde moram os migrantes, para os espaços de exclusão, dos pobres, dos trabalhadores.

No projeto dos condomínios, o perigo decorrente da existência do “outro” é evitado com a supressão do contato com qualquer espaço exterior e com a construção de um novo tipo

²⁸ Nesse momento, os “outros” não são somente os “de fora”, os migrantes, mas também os jaraguenses pobres. Em outras palavras, a cidade exclui também os “daqui”, mostrando o seu caráter segregador em relação a todos os que não têm dinheiro e/ou condições de pagar para viver com dignidade.

de território exterior: íntimo, protegido e seguro como o “lar”. Protegidos pelos muros e pelo aparato tecnológico de segurança e controle, os habitantes podem usufruir uma espécie de imitação cenográfica de cidades, com ruas e praças como se fossem uma cidade, mas ‘*despidendo o urbanismo problemático se seus espinhos, da presença dos pobres, do crime, da sujeira, do trabalho*’²⁹. Os loteamentos fechados são o reflexo (e a contradição) das carências de um povo que não desfruta de conforto e vive em meio a desigualdades, ao mesmo tempo que outros, a minoria, vive um espaço tranquilizador, pretendendo que a cidade permaneça de algum modo a salvo das rupturas históricas.

A consolidação desse modelo vai desenhando o fundamento de uma geografia social da cidade, da qual até hoje não conseguimos escapar. Assim, há, de um lado, os bairros “ricos” (centro e Nova Brasília, por exemplo), mais os locais destinados a residenciais fechados, tais como o Azaléia, no bairro Jaraguá Esquerdo, e o Champgant, no bairro Amizade, espaços onde se configura uma centralidade da elite. De outro lado, estão os bairros “pobres” (a Tifa Martins e seus loteamentos Ana Paula, Firenze, Irineu; o Três Rios do Norte, com seu loteamento Santo Antonio; o Estrada Nova e seu Morro da Pedra; o Jaraguá 99; e o Jaraguá 84³⁰).

7. Rápidas considerações finais.

A migração deve ser entendida como um processo que envolve uma gama muito grande de situações, entre elas quem sai, por que, em que condições, o acionamento da relações de parentesco e amizade entre os migrantes com o objetivo de garantir a sobrevivência nos locais de destino, emprego, moradia e os conflitos que vão se estabelecendo na cidade de destino. No processo migratório, então, desata-se o “fio de Ariadne”, isto é, aquele que permite que o migrante permaneça ligado aos mais próximos, aos conhecidos nessa sua aventura de conhecer os “carreros” da cidade.

A vinda para a cidade traz mudanças significativas, como a sensação de progresso, os “benefícios” da fábrica (para quem consegue emprego). É em nome de tudo isso que vale a

²⁹ ROLNIK, 1997, p. 189, citando SORKIN, Michael. “**Introduction: variations on a Theme Park**”. In: SORKIN, Michael (org.). *Variations on a Theme Park*. New York, Hill and Wang, 1992, p. XV.

³⁰ Fazendo, rapidamente, um resgate da ocupação do território ontem e hoje em Jaraguá do Sul, veremos que no início da colonização os negros foram habitar os morros, a “periferia”, enquanto que a maioria dos imigrantes

pena sair do campo e ir para cidade³¹. Embora ocorra uma reação de acanhamento nos primeiros contatos com a “grandiosidade” da cidade (e por que não dizer da fábrica) os migrantes decodificam e (re)elaboram as novas circunstâncias impostas, numa atitude que intercala fascínio e contrariedade, conformismo e resistência.

Da mesma forma, essas travessias possibilitam que as histórias individuais se cruzem com outras na constituição de movimentos que marcam as trajetórias dos migrantes a caminho da cidade. Nesse caso, a participação em organizações religiosas, partidos políticos, sindicatos, associações de moradores ou movimentos populares por saúde, transporte, moradia, educação e creche, entre outros, constituem domínios de aprendizado, redes de solidariedade através das quais os migrantes que chegam expressam suas necessidades, reivindicam aspirações e modelam uma nova identidade.

Neste trabalho, procuramos mostrar que o desenvolvimento econômico vivido por Jaraguá do Sul não é igualmente partilhado por todos os seus habitantes, sejam eles “daqui ou de fora”. Há, isso sim, um discurso pretendido como universal que prima pela qualidade de vida, pelo progresso, mas que está longe de ser verdadeiro para seus habitantes da periferia, para os migrantes, para os trabalhadores.

Há, mais do que isso, uma idéia de que a cidade é o ponto em torno do qual todos os interesses devem girar, como se ela fosse uma “grande família”, mesmo quando seus “filhos” não recebem a devida atenção por parte de sua “mãe”, idéia contra a qual nos batemos e pretendemos analisar com mais detalhes em uma futura tese.

8. Referências bibliográficas.

ACIJS. **Censo industrial 1991**. Jaraguá do Sul, 1991.

BARBIERE, José Carlos. **Desenvolvimento e meio ambiente**. Petrópolis: Vozes, 4ª. ed., 2001.

CONZEN, Kathleen et al. **The invention of ethnicity: a perspective from the USA**. In: *Journal of American History*, Fall, 1992 (tradução de Eunice Nodari).

foram para as terras planas, perto dos rios. Hoje, os ricos ocupam as áreas centrais, ao passo que os pobres, os migrantes, “os outros” ocupam os morros, a periferia.

³¹ Porém, não podemos esquecer essa noção de progresso opera uma função de mascaramento das contradições sociais, dando a impressão que tudo na cidade vai ser diferente, vai ser melhor.

- GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002.
- IBGE. **Censo econômico, populacional e agropecuário – 1940 a 1991**.
- KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª. ed., 1993.
- LUCENA, Célia Toledo. **Artes de lembrar e de inventar: (re)lembranças de migrantes**. São Paulo: Arte & Ciência, 1999.
- MARTINS, José de Souza. **O vôo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil**. In: **Não há terra para plantar neste verão**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- MOREIRA, Morvan de Mello. **Evolução e perspectivas da dinâmica demográfica brasileira: concentração populacional e migração**. In: GONÇALVES, Maria Flora (org.). O novo Brasil: impasses, dilemas, perspectivas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.
- POUTIGNAT, Philippe. **O domínio da etnicidade: as questões-chave**. In: Teorias da etnicidade. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras. São Paulo: UNESP, 1998.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL. **Caderno Dados Gerais**. Jaraguá do Sul, 1982.
- ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Nobel, 1997.
- SCHÖRNER, Anselmo. **O Arco-Íris Encoberto**. Joinville: Oficina Comunicações: 2000.
- SCHORSKE, Carl. **A história e o estudo da cultura**. In: Pensando com a História: indagações na passagem para o modernismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SIEBERT, Cláudia. **A evolução urbana de Blumenau: a cidade se forma (1850-1938)**. In: THEIS, Ivo Marcos, TOMIO, Fabrício Ricardo de Lima e MATTEDI, Marcos Antônio. (orgs.). Nosso passado (in)comum: contribuições para o debate sobre a história e a historiografia de Blumenau. Blumenau: Editora da FURB, 2000a.
- SIEBERT, Cláudia. **Blumenau fim de século: o (des)controle urbanístico e a exclusão sócio-espacial**. In: THEIS, Ivo M., Fabrício R. L. TOMIO e MATTEDI, Marcos A. (orgs.). Novos olhares sobre Blumenau: contribuições críticas sobre seu desenvolvimento recente. Blumenau: Editora da FURB, 2000b.